

HABEAS CORPUS Nº 493.701 - PR (2019/0044982-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : ISRAEL FERNANDES HUFF E OUTROS
ADVOGADOS : EDVAN ALEXANDRE DE OLIVEIRA BRASIL - SC013843
ISRAEL FERNANDES HUFF - SC020590
LUCAS DE CARVALHO KERBER - SC030733
ADRIEL D'AVILA - SC052240
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : LINDOMAR JOSE RODRIGUES

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de LINDOMAR JOSE RODRIGUES apontado como autoridade coatora o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Apelação n. 5001338-90.2015.4.04.7002).

Depreende-se dos autos o Tribunal de origem, ao negar provimento ao recurso de apelação da defesa, manteve a condenação do paciente à pena de 1 ano e 4 meses de reclusão, no regime semiaberto, pela prática do crime inserto no art. 334, § 1º, alínea c, c/c o § 2º, do Código Penal.

O acórdão está assim ementado (e-STJ fls. 75/76):

PENAL. PROCESSO PENAL. DESCAMINHO. MERCADORIAS MANTIDAS EM DEPÓSITO. INÉPCIA DA DENÚNCIA NÃO CONFIGURADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. ATUAÇÃO DOS SERVIDORES DA RECEITA FEDERAL. REGULARIDADE. MATERIALIDADE, AUTORIA E DOLO COMPROVADOS. REINCIDÊNCIA. AGRAVAMENTO DA PENA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA.

1. Se a denúncia se refere a fato ocorrido antes das alterações promovidas pela Lei nº 13.008, de 27/06/2014, acertado o Ministério Público Federal ao imputar, aos denunciados, a prática do crime previsto no art. 334, § 1º, 'c', do CP, vigente à época. Inépcia não verificada.

2. Para o reconhecimento de nulidade, exige-se demonstração de efetivo prejuízo causado à parte. À evidência que a juntada equivocada de depoimento de testemunha, que não repercutiu na condenação, não pode ser tida como circunstância causadora de prejuízo à defesa. Da mesma forma, a juntada tardia de vídeo de testemunha do processo não implica cerceamento se dela houve a devida intimação da defesa para complementação dos memoriais, como no caso.

3. *Se o ingresso dos servidores da Receita Federal na residência onde depositadas mercadorias, é feito com respaldo em fundada suspeita de crime de descaminho/contrabando, cuja natureza permanente autoriza os agentes públicos a proceder a busca, independentemente da existência de mandado judicial, não há falar em irregularidade na autuação fiscal.*

4. *Incide nas penas do artigo 334, § 1º, alínea "c", c/c § 2º, do Código Penal, aquele que mantém em depósito grande quantidade de produtos irregularmente introduzidos no território nacional, caracterizada a destinação comercial. Devidamente comprovados a materialidade, autoria e dolo e considerando a inexistência de causas excludentes, impõe-se a manutenção da condenação do apelante pelo crime de descaminho.*

5. *Se, entre a data da extinção da pena e os fatos dos autos, não decorreram cinco anos (ilegível)...*

6. *Havendo reincidência por crime doloso, não é possível a substituição da pena privativa de liberdade por restrita de direitos, consoante art. 44, I, do CP.*

7. *Encerrada a jurisdição criminal de segundo grau, deve ter início a execução da pena imposta ao réu, independentemente da eventual interposição de recurso especial ou extraordinário.*

Daí a presente impetração, na qual a defesa sustenta ser indevida a determinação de execução provisória da pena, uma vez que o paciente foi condenado no regime inicial semiaberto, ao passo que o Supremo Tribunal Federal teria autorizado a medida apenas para os condenados no regime fechado.

Além disso, afirma não haver prova suficiente da materialidade e da autoria do delito.

Requer, liminarmente, a suspensão da execução da pena.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se

imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator